

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

SEGURANÇA DO TRABALHO

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expresso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que instituiu o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

A segurança do trabalho pode ser definida como um conjunto de ações técnicas, administrativas, de saúde e, sobretudo, educacionais e comportamentais, cuja finalidade é

- (A) prevenir acidentes, reduzindo as condições e procedimentos inseguros no ambiente de trabalho.
- (B) garantir a continuidade dos negócios da organização, minimizando os prejuízos decorrentes de ameaças internas e externas.
- (C) evitar e prevenir riscos e ameaças potenciais ou reais que possam afetar bens e ativos das empresas.
- (D) evitar acidentes, minimizando os riscos e ameaças que possam afetar a lucratividade do empregador.

QUESTÃO 32

A Portaria nº 3.214/1978, determinou inicialmente 28 normas regulamentadoras e é considerada um marco para a segurança e saúde no trabalho no país. Atualmente existem

- (A) 31 normas regulamentadoras.
- (B) 36 normas regulamentadoras.
- (C) 38 normas regulamentadoras.
- (D) 41 normas regulamentadoras.

QUESTÃO 33

A legislação brasileira entende como riscos ocupacionais os agentes presentes no ambiente laboral com a capacidade de causar algum dano ao trabalhador. São exemplos de riscos físicos:

- (A) poeiras, névoas, neblinas, gases, vapores, produtos químicos em geral.
- (B) ruídos, vibrações, umidade, frio, calor, radiações ionizantes, pressões anormais.
- (C) vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- (D) esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, imposição de ritmos excessivos.

QUESTÃO 34

A Lei nº 8.213/1991 divide as doenças ocupacionais em dois grandes grupos, doença profissional e doença do trabalho. São exemplos de doença profissional e de doença do trabalho, respectivamente:

- (A) esclerose múltipla e LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho).
- (B) silicose (doença respiratória causada pela inalação de sílica) e diabetes mellitus.
- (C) doença de Parkinson idiopática e disacusia (surdez) em trabalho realizado em local extremamente ruidoso.
- (D) saturnismo (intoxicação provocada pelo chumbo) e LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho).

QUESTÃO 35

De acordo com a Lei nº 6.938/1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, entende-se por degradação da qualidade ambiental a

- (A) deterioração desejável das características ambientais.
- (B) preservação das condições ambientais.
- (C) alteração adversa das características do meio ambiente.
- (D) perturbação do meio ambiente considerada saudável.

QUESTÃO 36

Segundo a Norma Regulamentadora nº 9, a avaliação quantitativa das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos deverá ser realizada para

- (A) subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.
- (B) invalidar o controle da exposição ocupacional aos agentes identificados.
- (C) desqualificar o equacionamento da exposição ocupacional.
- (D) identificar más condutas e falta de assiduidade dos grupos de trabalhadores.

QUESTÃO 37

Conforme o art. 21 da Lei nº 8.213/1991, equipara-se ao acidente do trabalho:

- (A) acidente sofrido pelo segurado em razão de sua participação voluntária em atividade de lazer sem qualquer determinação do empregador.
- (B) acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
- (C) situações de doenças desenvolvidas naturalmente, tal como doenças degenerativas que levam à deterioração progressiva e irreversível da saúde do trabalhador.
- (D) situações de doenças endêmicas adquirida por segurado habitante de região em que a doença se desenvolva sem relação com a natureza do trabalho.

QUESTÃO 38

Conforme descrito na Norma Regulamentadora nº 7, que trata sobre O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) no exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há menos de

- (A) 360 (trezentos e sessenta) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2.
- (B) 180 (cento e oitenta) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2.
- (C) 180 (cento e oitenta) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.
- (D) 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

QUESTÃO 39

Em conformidade com o Programa de Gerenciamento de Riscos, que está previsto na Norma Regulamentadora nº 1, a etapa de identificação de perigos deve incluir

- (A) a análise e avaliação do risco ocupacional, determinado pela combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência.
- (B) a descrição dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde, identificação das fontes ou circunstâncias e indicação do grupo de trabalhadores sujeitos aos riscos.
- (C) a implantação de medidas de controle, acompanhada de informação aos trabalhadores quanto aos procedimentos a serem adotados.
- (D) o monitoramento dos riscos ocupacionais, elaboração do plano de ação e aprimoramento do programa de gestão de riscos.

QUESTÃO 40

A Norma Regulamentadora nº 1 estabelece que além do Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) também ficam dispensadas em elaborar o Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), desde que no levantamento preliminar de perigos não identifiquem exposições ocupacionais a agente físicos, químicos e biológicos, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 9, declarem as informações em formato digital, conforme modelo aprovado pela Secretaria de Trabalho, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e apresentem graus de riscos

- (A) 1 e 2.
- (B) 3 e 4.
- (C) 2 e 3.
- (D) 1 a 4.

QUESTÃO 41

O Art. 22 da Lei nº 8.213/1991 estabelece que, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social, a empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o

- (A) primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência.
- (B) quinto dia útil seguinte ao da ocorrência.
- (C) décimo quinto dia útil seguinte da ocorrência.
- (D) trigésimo dia útil seguinte da ocorrência.

QUESTÃO 42

O segurado da Previdência Social que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, contados após

- (A) o trigésimo dia útil da ocorrência do acidente de trabalho.
- (B) a data do comprovante de assistência médica do sinistro.
- (C) o registro do acidente à Previdência Social.
- (D) a cessação do auxílio-doença acidentário.

QUESTÃO 43

Em consonância com a Norma Regulamentadora nº 1, a capacitação e treinamento em Segurança e Saúde no Trabalho deve incluir treinamento inicial, periódico e eventual. Sobre o treinamento eventual, este deve ocorrer

- (A) após retorno de afastamento ao trabalho por período inferior a 30 (trinta) dias devido à ocorrência de doença ou acidente.
- (B) na ocorrência de quase acidentes ou situações de perigo, que indiquem a necessidade de novo treinamento.
- (C) quando houver mudança nos procedimentos, condições ou operações de trabalho, que impliquem em alteração dos riscos ocupacionais.
- (D) na ocorrência de dois acidentes graves no ambiente de trabalho em um intervalo de duas semanas.

QUESTÃO 44

Leia a tabela a seguir.

Nível de ruído dB (A)	Máxima exposição diária permissível	Exposição do(a) trabalhador(a)
85	8 horas	2 horas
90	4 horas	1 horas
95	2 horas	2 horas
100	1 hora	0 horas

Limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-15-anexo-01.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2024 [Adaptado].

As informações apresentadas nas duas primeiras colunas da tabela foram retiradas do Anexo nº 1 da Norma Regulamentadora nº 15 que dispõe sobre “atividades e operações insalubres” e apresenta os limites de tolerância de um(a) trabalhador(a) em ambiente de trabalho para ruído contínuo ou intermitente. Diante das informações mostradas na terceira coluna da tabela, que especifica a duração da exposição de um(a) trabalhador(a) fictício aos diferentes níveis de ruídos durante sua jornada de trabalho, constata-se que este trabalhador(a) está

- (A) abaixo do limite de tolerância uma vez que o tempo de exposição que ele(a) está exposto(a) não excede a máxima exposição diária permissível para cada nível de ruído.
- (B) acima do limite de tolerância uma vez que a soma do tempo de exposição (5 horas, terceira coluna) excede o tempo de exposição diária máxima permitida para o segundo menor nível de ruído (4 horas) ao qual ele(a) está exposto(a).
- (C) abaixo do limite de tolerância uma vez que a proporção entre as somas dos tempos de Exposição do(a) trabalhador(a) (5 horas) e Máxima exposição diária permissível (15 horas) é aproximadamente igual a 33% e, portanto, menor que 50%.
- (D) acima do limite de tolerância uma vez que a soma das proporções obtidas entre Exposição do(a) trabalhador(a) e Máxima exposição diária permissível para cada nível de ruído excede a unidade.

QUESTÃO 45

Conforme descrito na Norma Regulamentadora nº 5, os principais riscos ocupacionais são classificados em cinco grupos, de acordo com a sua natureza, e cada um desses é representado por uma cor específica que após serem identificados devem ser transcritos em um instrumento denominado mapa de riscos. As cores que representam os riscos físicos, riscos químicos, riscos biológicos, riscos ergonômicos e riscos de acidentes, respectivamente, são:

- (A) vermelho, amarelo, marrom, verde e azul.
- (B) verde, vermelho, marrom, amarelo e azul.
- (C) vermelho, verde, roxo, laranja e azul.
- (D) verde, roxo, amarelo, vermelho e azul.

QUESTÃO 46

A Análise Ergonômica do Trabalho (AET) é crucial para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores. Regulada pela NR-17, ela identifica e avalia condições laborais que podem causar acidentes ou doenças ocupacionais. A organização deve realizar Análise Ergonômica do Trabalho - AET da situação de trabalho quando

- (A) indicada causa relacionada às condições de trabalho na análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, nos termos do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR.
- (B) observadas condições seguras e higiênicas dos trabalhadores.
- (C) sugerida pelo sindicato dos trabalhadores, nos termos do Programa de Controle Sindical.
- (D) apontada causa relacionada às condições de trabalho em relatório sindical, nos termos do Programa de Gerenciamento de Ações.

QUESTÃO 47

De acordo com Norma Regulamentadora 17 (NR-17), em seu Anexo II – Teleatendimento/Telemarketing, a organização

- (A) deve instalar equipamentos que permitam ao trabalhador acompanhar a temperatura, a velocidade e a umidade do ar do ambiente de trabalho.
- (B) deve instalar equipamentos que permitam ao trabalhador acompanhar a temperatura, a velocidade, a densidade e a umidade do ar do ambiente de trabalho.
- (C) pode instalar equipamentos que permitam ao trabalhador acompanhar a temperatura, a velocidade e a umidade do ar do ambiente de trabalho.
- (D) deve instalar equipamentos que permitam ao trabalhador acompanhar a temperatura, a velocidade, a densidade, a oxigenação e a umidade do ar do ambiente de trabalho.

QUESTÃO 48

A legislação trabalhista brasileira, especificamente a Norma Regulamentadora 17 (NR-17), estabelece diretrizes claras acerca da saúde e a segurança dos trabalhadores. No levantamento, transporte e descarga individual de cargas

- (A) não há diferenciação quanto a carga suportada quando se tratar de trabalhadora mulher nas atividades permitidas por lei.
- (B) não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança.
- (C) o transporte manual de cargas por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança deverá ser indenizado por adicional de periculosidade.
- (D) o transporte manual de cargas por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança deverá ser indenizado por adicional de insalubridade.

QUESTÃO 49

A Norma Regulamentadora 13 (NR-13) trata da segurança na operação de caldeiras e vasos de pressão, que são equipamentos frequentemente encontrados na indústria química e que representam riscos significativos se não forem corretamente gerenciados. Segundo a NR-13,

- (A) toda caldeira deve estar, obrigatoriamente, sob operação e controle de operador de caldeira.
- (B) toda caldeira deve ter afixada em seu corpo, em local de fácil acesso e visível, placa de identificação que seja de fácil alteração e atualização dos dados.
- (C) a autoria do projeto de instalação de caldeiras é de responsabilidade de profissional de nível médio técnico ou superior.
- (D) as caldeiras devem ser submetidas às inspeções de segurança inicial, consuetudinária e tradicional.

QUESTÃO 50

A Norma Regulamentadora 15 (NR-15) trata de atividades e operações insalubres, definindo limites de tolerância para exposição a agentes químicos, físicos e biológicos, além de estabelecer critérios para a caracterização das atividades insalubres. Segundo a NR-15, é considerada uma atividade de insalubridade de grau máximo

- (A) a limpeza de peças ou motores com óleo diesel aplicado sob pressão.
- (B) o emprego de cresol, naftaleno e derivados tóxicos.
- (C) a destilação do petróleo.
- (D) pintura a pincel com esmaltes, tintas e vernizes em solvente contendo hidrocarbonetos aromáticos.

QUESTÃO 51

A Norma Regulamentadora 9 (NR-9) aborda o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Dessa forma, promove a antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, incluindo os riscos químicos. De acordo com a NR-9, a identificação das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos deverá considerar fatores

- (A) indeterminados da exposição.
- (B) determinantes da exposição.
- (C) baseados em análises estatísticas.
- (D) elaborados pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

QUESTÃO 52

A Norma Regulamentadora 23 (NR-23), intitulada Proteção Contra Incêndios, no item 23.3.4, enuncia explicitamente que as aberturas, saídas e vias de passagem de emergência devem ser identificadas e sinalizadas de acordo com a legislação

- (A) local.
- (B) municipal.
- (C) regional.
- (D) estadual.

QUESTÃO 53

A Norma Regulamentadora 23 - Proteção Contra Incêndios (NR-23), estabelece as diretrizes e medidas necessárias para a proteção dos trabalhadores contra incêndios, incluindo requisitos para a instalação de equipamentos de combate a incêndio, rotas de fuga, sinalização e treinamentos. De acordo com a NR-23, as saídas de emergência

- (A) podem ser fechadas à chave durante a jornada de trabalho, embora esta deva permanecer em local de fácil acesso e na distância máxima de 2 (dois) metros da respectiva porta.
- (B) não devem ser fechadas à chave ou presas durante a jornada de trabalho.
- (C) devem ser fechadas à chave durante a jornada de trabalho somente em casos que a segurança pública da região for comprometida.
- (D) podem ser fechadas à chave ou presas, desde que todos os empregados do local possuam uma cópia fornecida às expensas do empregador.

QUESTÃO 54

A Norma Regulamentadora 19 (NR-19) – Explosivos, explicitamente nas suas Considerações Gerais, considera explosivo o material ou substância que, quando iniciada, sofre decomposição muito rápida em produtos mais estáveis, com grande liberação de calor e

- (A) criação de incêndio generalizado.
- (B) geração de chama.
- (C) geração de fogo.
- (D) desenvolvimento súbito de pressão.

QUESTÃO 55

O Diagrama de Ishikawa, também conhecido como Diagrama de Espinha de Peixe, é uma ferramenta amplamente utilizada na gestão da qualidade. Qual é o principal objetivo dessa ferramenta?

- (A) Estimar os custos de produção de um produto.
- (B) Identificar e analisar as causas potenciais de um problema ou efeito específico.
- (C) Controlar o estoque de matérias primas em um processo produtivo.
- (D) Obter indicadores de desempenho de um processo produtivo.

QUESTÃO 56

O Ciclo PDCA é uma metodologia amplamente utilizada na gestão da qualidade e na melhoria contínua de processos. O que cada letra da sigla PDCA representa?

- (A) Planejar, desenvolver, controlar, avaliar.
- (B) Projetar, desempenhar, checar, analisar.
- (C) Planejar, executar, checar, agir.
- (D) Projetar, desenvolver, controlar, avaliar.

QUESTÃO 57

Qual dos seguintes princípios é fundamental na Gestão da Qualidade Total (TQM)?

- (A) Foco intenso e exclusivo na redução de custos operacionais.
- (B) Melhoria contínua dos processos envolvendo todos os funcionários da organização.
- (C) Delegação total de responsabilidade e autoridade acerca da qualidade para o departamento de inspeção.
- (D) Prioridade na automação completa dos processos de produção.

QUESTÃO 58

Certa norma que trata do controle de qualidade é a mais amplamente reconhecida. Ela especifica os critérios para um sistema de gestão da qualidade (SGQ) e é baseada em uma série de princípios, incluindo uma forte orientação para o cliente, a motivação e implicação da alta direção, a abordagem de processos e a melhoria contínua. Esta norma é a

- (A) ISO 90001.
- (B) NBR 14724.
- (C) NBR 10520.
- (D) ISSO 14001.

QUESTÃO 59

Os 5S é um método de administração vindo do Japão, sendo uma técnica eficiente para aumentar a eficácia, a segurança, a qualidade e o ambiente de trabalho de forma geral. Cada "S" simboliza um senso, que representa uma fase do processo. O senso que trata de separar e eliminar o que não é necessário, mantendo no ambiente de trabalho apenas o que é útil, buscando reduzir a desordem e liberar espaço, é o senso de

- (A) classificação (Seiton).
- (B) qualidade (Shitsu).
- (C) padronização (Seiketsu).
- (D) utilização (Seiri).

QUESTÃO 60

É fundamental para garantir a conformidade de um produto ou serviço com os padrões de qualidade estabelecidos a realização de

- (A) inspeções e testes regulares durante a produção.
- (B) reuniões semanais.
- (C) entrega rápida aos clientes.
- (D) implementação de ideias dos empregados.

RASCUNHO